



DECISÃO DE RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.034/2026

Processo de Recurso n.º 22.198/2026, Processo Licitatório n.º 25.620/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.171/2025, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE FÓRMULA INFANTIL, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO, SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE/PROGRAMA IST/AIDS/HV E FARMÁCIA COMPLEMENTAR, PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO.

Trata-se de recurso administrativo interposto, tempestivamente, pelas empresas **EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA e NUTRI LIFE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**, em face da decisão que classificou a empresa **SERGIO RICARDO LESSA REPRESENTACOES** como vencedora dos itens 18 e 19 no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 90.034/2026, Processo Administrativo n.º 335/2026.

I) DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pelas empresas **EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA e NUTRI LIFE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **SERGIO RICARDO LESSA REPRESENTACOES**, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

II) DO RECURSO

As recorrentes sustentam, inicialmente, a ausência de comprovação regular da qualificação econômico-financeira da empresa classificada em primeiro lugar, alegando que não teria sido apresentada certidão negativa de insolvência civil/falência exigida no edital, tratando-se de requisito obrigatório e indispensável para habilitação. Argumentam que a ausência do documento constitui falha material insanável, em afronta aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e julgamento objetivo.

As recorrentes alegam ainda insuficiência da documentação sanitária apresentada pela empresa **SERGIO RICARDO LESSA REPRESENTAÇÕES**, sustentando que o certificado/licenciamento juntado se limita à atividade de representação comercial, sem comprovação efetiva de autorização sanitária para armazenamento, distribuição e



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Pregão III

fornecimento de suplementos nutricionais destinados à saúde pública. Destacam, inclusive, a existência de observação no documento indicando que o endereço informado seria exclusivamente destinado ao recebimento de correspondências, sem permissão para exercício de atividade econômica no local.

Sustentam também incompatibilidade técnica do produto ofertado pela primeira colocada, "BioSen Nutrir", afirmando que se trata de suplemento alimentar genérico destinado ao público adulto acima de 18 anos, enquanto o edital buscava produto voltado especificamente ao público acima de 50 anos, utilizando como referência o "Nutren Senior". Segundo as recorrentes, produtos destinados ao público sênior possuem formulações nutricionais específicas voltadas à manutenção de massa muscular, aporte proteico, vitaminas e minerais adequados ao envelhecimento.

As empresas recorrentes defendem que os produtos por elas ofertados — "Megamix Advance Senior" — apresentam formulação nutricional compatível com a finalidade do item, destacando composição específica para adultos e idosos, regularidade sanitária, além de características nutricionais adequadas ao público-alvo previsto no edital.

Argumentam ainda que a Administração deve observar rigorosamente as exigências regulatórias e sanitárias previstas no Termo de Referência, especialmente considerando que os produtos se destinam ao atendimento de unidades de saúde, pacientes específicos e demandas judiciais vinculadas ao fornecimento de suplementos nutricionais.

III) DAS CONTRARRAZÕES

A contrarrazoante sustenta, preliminarmente, a tempestividade e admissibilidade da manifestação, nos termos do art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e do item 22.7 do edital.

No mérito, afirma que os recursos apresentados pelas recorrentes carecem de fundamento fático e jurídico, alegando que toda a documentação de habilitação econômico-financeira exigida no edital, inclusive as certidões negativas de falência e insolvência civil, foi devidamente anexada ao sistema Compras.gov.br durante a fase de habilitação, tendo inclusive reapresentado os documentos em anexo às contrarrrazões por mera cautela e em observância ao princípio do formalismo moderado previsto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto às alegações de irregularidade sanitária e insuficiência operacional, a empresa argumenta que exerce atividade enquadrada no CNAE 4617-6/00 — representação comercial de produtos alimentícios — classificada como atividade de baixo risco, dispensada de vistoria e de atos públicos de liberação, conforme Resolução CGSIM nº 51/2019 e Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019). Sustenta que a utilização de endereço administrativo como ponto de correspondência não inviabiliza sua atuação comercial, uma vez que empresas de representação mercantil não necessitam manter estrutura física de armazenamento próprio.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Pregão III

A contrarrazoante esclarece ainda que o produto ofertado, "BioSen Nutrir", é fabricado pela empresa GENISIS INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES, COSMÉTICOS E SAÚDE LTDA, regularmente licenciada perante a Vigilância Sanitária, possuindo Licença Sanitária ativa para fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares, bem como protocolo de renovação tempestivamente formalizado perante o órgão competente, circunstância que, segundo a empresa, prorroga automaticamente a validade da licença até manifestação definitiva da autoridade sanitária.

No tocante à alegada incompatibilidade técnica do produto ofertado, sustenta que a ANVISA não prevê categoria específica denominada "sênior" ou "idoso", adotando apenas a categoria "adultos" para indivíduos maiores de 19 anos, nos termos da RDC nº 243/2018 e da Instrução Normativa nº 28/2018. Assim, argumenta que o produto destinado ao público adulto necessariamente abrange consumidores acima de 50 anos, atendendo plenamente às exigências do edital. Aduz ainda que o termo "Senior" constante do produto de referência possui natureza meramente comercial e não regulatória.

Por fim, a empresa destaca que o produto ofertado apresenta composição nutricional compatível com o Termo de Referência, contendo proteínas, vitaminas e minerais adequados ao público adulto, além de apresentar vantagem econômica à Administração em razão do menor preço ofertado. Diante disso, requer o conhecimento das contrarrazões, o não provimento dos recursos administrativos e a manutenção integral da habilitação e classificação da empresa SERGIO RICARDO LESSA REPRESENTAÇÕES nos itens 18 e 19 do certame.

IV) DA ANÁLISE PRELIMINAR

As recorrentes **EREMIX INDÚSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA e NUTRI LIFE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA** sustentam que a empresa recorrida não teria apresentado certidão negativa de insolvência civil/falência exigida pelo edital.

Todavia, após análise dos documentos constantes dos autos e do sistema Compras.gov.br, verifica-se que a empresa SERGIO RICARDO LESSA REPRESENTAÇÕES apresentou devidamente os documentos exigidos na fase de habilitação, incluindo as certidões de qualificação econômico-financeira previstas no instrumento convocatório.

Consta, ainda, a apresentação de Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício - DRE; Termos de abertura e encerramento; índices contábeis e documentação contábil complementar.

Dessa forma, além de completamente descabida, não procede a alegação de ausência documental formulada pelas recorrentes, tendo em vista que os documentos exigidos constam regularmente anexados no sistema eletrônico Compras.gov.br dentro da fase própria de habilitação.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Pregão III

Importante destacar que a finalidade da habilitação econômico-financeira consiste em aferir a aptidão da empresa para execução do objeto, não podendo a Administração adotar interpretação excessivamente formalista quando demonstrada, materialmente, a regularidade da licitante.

Nesse contexto, considerando a efetiva apresentação da documentação exigida e a demonstração de regularidade econômico-financeira, não se verifica motivo suficiente para inabilitação da recorrida.

As recorrentes sustentam que o licenciamento apresentado pela empresa recorrida seria insuficiente para comprovação de aptidão sanitária compatível com o fornecimento de suplementos nutricionais destinados à saúde pública.

Entretanto, a análise documental demonstra que a recorrida apresentou Certificado de Licenciamento Integrado emitido pelo sistema REDESIM/Via Rápida Empresa, contendo CNAEs compatíveis com atividades relacionadas ao comércio e representação de produtos alimentícios e correlatos.

Conforme consta das contrarrazões, a atividade econômica exercida pela recorrida enquadra-se no CNAE 4617-6/00 – representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo –, classificada como atividade de baixo risco, sujeita à sistemática simplificada prevista na Resolução CGSIM nº 51/2019 e na Lei Federal nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica).

A simples circunstância de o endereço funcionar como ponto administrativo/comercial não descaracteriza a regularidade da atividade exercida, especialmente quando se trata de empresa atuante no segmento de representação/distribuição comercial.

Ainda nesse contexto, a recorrida demonstrou que o produto ofertado é fabricado por empresa regularmente licenciada perante a Vigilância Sanitária, possuindo licença sanitária industrial válida para fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares.

Dessa forma, não se verifica irregularidade sanitária apta a ensejar a inabilitação da recorrida.

As recorrentes sustentam que o produto “BioSen Nutrir” não atenderia às exigências dos itens 18 e 19 do Termo de Referência, sob alegação de que seria destinado genericamente ao público adulto, e não especificamente a pessoas acima de 50 anos.

Todavia, esta Pregoeira não detém atribuição técnica específica na área nutricional ou sanitária para emitir juízo conclusivo acerca da composição, formulação nutricional ou equivalência clínica dos produtos ofertados.



Assim, a análise desta Pregoeira limita-se à verificação objetiva da documentação e das informações constantes dos autos, observando-se os princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório.

Nesse contexto, verifica-se que o Termo de Referência utilizou produto de referência ("Nutren Senior"), não exigindo identidade absoluta de marca, ainda a empresa recorrida apresentou documentação técnica do produto ofertado. Não consta nos autos parecer técnico da área competente apontando incompatibilidade do produto apresentado e não há manifestação técnica conclusiva da Secretaria requisitante ou setor técnico responsável indicando descumprimento das especificações mínimas exigidas no edital.

Dessa forma, inexistindo parecer técnico especializado que conclua pela inadequação do produto ofertado, não cabe à Pregoeira promover desclassificação baseada exclusivamente em interpretação subjetiva acerca da composição nutricional ou público-alvo indicado pelo fabricante.

Importante ressaltar que eventual análise acerca de equivalência nutricional, adequação clínica, perfil proteico, formulação específica para idosos ou compatibilidade terapêutica constitui matéria eminentemente técnica, cuja competência deve ser atribuída aos setores técnicos competentes da Administração.

V) DA ANÁLISE DA TÉCNICA

Em parecer técnico, a Administração Pública ao elaborar especificações técnicas para aquisição de suplementos nutricionais destinados à assistência em saúde, deve observar critérios relacionados à efetividade terapêutica, segurança nutricional, adequação clínica e atendimento das necessidades específicas da população beneficiária.

Conforme consignado pela área técnica competente, após análise das informações nutricionais fornecidas pelos fabricantes, verificou-se que o produto BioSen Nutrir não apresenta equivalência nutricional ao solicitado, havendo diferenças relevantes em sua composição, especialmente quanto ao perfil de proteínas, vitaminas, minerais e demais nutrientes essenciais. Tais divergências possuem potencial impacto direto na finalidade assistencial para a qual o produto foi originalmente especificado.

Cumprir destacar que, em contratações envolvendo produtos destinados à suplementação nutricional de pacientes adultos e idosos, a equivalência não pode ser aferida apenas pela classificação genérica dos produtos como "suplementos nutricionais". É indispensável a demonstração objetiva de compatibilidade entre suas formulações, características nutricionais, indicações de uso e resultados clínicos esperados.

A manifestação técnica também esclarece que a especificação do suplemento foi construída a partir das necessidades assistenciais dos usuários atendidos pelos programas e serviços



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Pregão III

municipais de saúde, especialmente daqueles que dependem de suplementação nutricional específica para manutenção ou recuperação do estado nutricional. Assim, eventual substituição por produto com composição distinta pode comprometer a efetividade da política pública de saúde e a adequada assistência aos beneficiários.

Nesse contexto, a simples alegação de similaridade comercial ou funcional entre os produtos não se mostra suficiente para afastar a necessidade de comprovação inequívoca da equivalência nutricional exigida pela Administração.

Admitir a substituição de produto cuja equivalência técnica não foi comprovada implicaria afronta aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia entre os licitantes e da segurança da contratação administrativa.

VI) DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Considerando todo o exposto nos autos do presente processo, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiada pela manifestação da secretaria requisitante, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** dos Recursos interpostos pelas empresas **EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA e NUTRI LIFE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.034/2026, e, no mérito, **DOU PROVIMENTO**, alterando a decisão de habilitação anteriormente proferida em relação à empresa **SERGIO RICARDO LESSA REPRESENTACOES**.

Informo que será agendada no sistema Compras.gov.br a volta de fase e convocação da próxima colocada à negociação de preços do item 18 e 19 do certame.

Por fim, esta decisão será publicada na íntegra em www.pmnf.rj.gov.br/licitacao e seu extrato em www.comprasnet.gov.br.

Nova Friburgo, 16 de junho de 2026.

Fernanda Medeiros Rodrigues

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036